

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS ESCOLA DE
BIBLIOTECONOMIA**

TATYARA DE ALCÂNTARA LIMA

**Estudo cientométrico sobre Ética Animal no Brasil: uma
análise da produção científica do Scielo**

RIO DE JANEIRO

2017

TATYARA DE ALCÂNTARA LIMA

Estudo cientométrico sobre Ética Animal no Brasil: uma análise da produção científica do Scielo

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Bruna Nascimento

RIO DE JANEIRO

2017

Lima, Tatyara de Alcântara.

Estudo cientométrico sobre Ética Animal no Brasil: uma análise da produção científica do Scielo/ Tatyara de Alcântara Lima, 2017.

60 f. ; 30 cm

Orientadora: Bruna Nascimento

Monografia apresentada à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do grau parcial de Bacharel em Biblioteconomia.

1. Ética Animal. 2. Especismo. 3. Violência Simbólica. 4. Produção Científica.

I. Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de Biblioteconomia. II. Título.

CDD 069.5

TATYARA DE ALCÂNTARA LIMA

Estudo cientométrico sobre Ética Animal no Brasil: uma análise da produção científica do Scielo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em ___ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bruna Nascimento (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Lidiane Carvalho
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha melhor amiga, Claudia Mayrink, pelos puxões de orelha e os incentivos que não me deixaram desistir.

A professora Bruna Nascimento, que foi mais do que uma orientadora, por toda sua paciência comigo. Por todas as reuniões e correções que fizeram com que esse trabalho fosse finalizado. Se não fosse por todos os esforços dela comigo, esse trabalho não existiria e eu teria desistido da minha faculdade.

A amiga do teatro para a vida, Isabelle Crisostomo, por dispor seu tempo e conhecimentos na língua inglesa para escrever o resumo deste trabalho em inglês conforme exigência da Academia.

Quando o homem aprender a respeitar até o menor ser da criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisará ensiná-lo a amar seu semelhante.

Albert Schweitzer

RESUMO

Apresenta a temática da ética animal sob o ponto de vista dos teóricos Peter Singer, Tom Regan e Gary Francione. Mapeia a produção científica sobre o tema nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Aplica técnicas cientométricas no Scielo para revocar os artigos produzidos, no Brasil. Para tanto, utiliza os seguintes descritores: ética animal, violência simbólica, especismo. Compõe o referencial teórico que discute as relações antropocentristas e instrumentalizadoras entre humanos e animais não humanos, trazendo perspectivas que buscam formas de inserir os animais não humanos e o meio ambiente a uma ética genuinamente ambiental, a qual os não humanos passariam de meros recursos naturais voltados para uso e fins humanos a um fim em si. Indica que a maior parte 85,71% dos artigos são da área de Ciências Humanas. Aponta que 42,86% utilizam a metodologia descritiva. Infere que a temática tem sido pouco pesquisada no Brasil, apesar de haver alguns teóricos brasileiros discutindo-a em Ciências Humanas. Conclui que a produção da temática é relativamente nova no Brasil nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, que foram priorizadas por esta pesquisa, abrindo ainda mais o olhar para a produção científica voltada ao campo da ética animal, já que outras áreas das ciências vem a tempos discutindo a temática.

Palavras-chave: Ética Animal. Especismo. Violência Simbólica. Produção Científica.

ABSTRACT

Presents the theme of animal ethics from the point of view of theorists Peter Singer, Tom Regan and Gary Francione. Mapping the scientific production on the theme in the areas of Human Sciences and Applied Social Sciences. Applies scientometric techniques in Scielo to revoke the articles produced in Brazil. To do so, it uses the following descriptors: animal ethics, symbolic violence and speciesism. It composes the theoretical reference that discusses the anthropocentric and instrumental relationships between human and nonhuman animals, bringing perspectives that seek ways of inserting nonhuman animals and the environment into a genuinely environmental ethic, where nonhumans would turn, from mere natural resources aimed for use and human purposes, to an end in itself. It indicates that most 85,71% of the articles are from the Human Sciences area. It also indicates that 42,86% used the descriptive methodology. It infers that the theme has been little researched in Brazil, although there are some Brazilian theorists discussing it in Human Sciences. It concludes that the production of the subject is relatively new in Brazil in the areas of Human Sciences and Applied Social Sciences, which were prioritized by this research, opening even more the look to the scientific production focused on the field of animal ethics, since other areas of science have been discussing the subject for a long time.

Keywords: Animal Ethics. Speciesism. Symbolic Violence. Scientific production.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planilha de Coleta de Dados.....	28
Quadro 2 - Coleta de Dados sobre Ética Animal	33
Quadro 3 - Coleta de Dados sobre Especismo.....	35
Quadro 4 - Coleta de Dados sobre Violência simbólica	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Home Page The Vegan Society	25
Figura 2 – Home Page da Scientific Electronic Library Online (SciELO)	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA	11
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 RELAÇÕES ÉTICAS ENTRE HUMANOS E NÃO-HUMANOS	13
2.2. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA COMO ATO DE DOMINAÇÃO.....	15
2.3 AS PERSPECTIVAS DE TOM REGAN, PETER SINGER E GARY FRANCIONE: SUAS DISPARIDADES EM TERMOS ÉTICOS.....	19
2.4 O VEGANISMO	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.1 ESTUDOS MÉTRICOS: A CIENTOMETRIA.....	29
3.2 A ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS ARTIGOS.....	32
4 RESULTADOS	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
APÊNDICE A - RESUMOS DOS CONTEÚDOS DOS ARTIGOS RECUPERADOS	45
ANEXO A - REFERÊNCIAS CORPUS EMPÍRICO	57
ANEXO B – ADITIVO PÚBLICO: O FIM DOS TESTES COM ANIMAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	58

1 INTRODUÇÃO

Num processo antropocêntrico o ser humano não consegue se entender enquanto parte do meio ambiente, seguindo a premissa de que a humanidade é o centro das coisas e não parte delas. Para Tom Regan (2005) neste paradigma o meio ambiente é entendido separadamente, como algo do qual o ser humano não faz parte, desta forma o meio ambiente é visto enquanto instrumento para o bem estar da humanidade. Segundo Peter Singer (2002) o relacionamento de humanos com animais não humanos é baseado no especismo, os símbolos são parte do modo como representamos a realidade e o mundo, o meio pelo qual uma cultura e seus valores se expressam e se reafirmam através dos sistemas simbólicos, o paradigma que instrumentaliza as relações entre humanos, meio ambiente e animais não humanos nos permite chegar à violência simbólica nos termos de Bourdieu, incluindo o ato de consumir como violência simbólica já que os indivíduos veem como natural consumir alimentos obtidos através do sofrimento, exploração e morte de um animal não humano.

Este trabalho buscou identificar a produção da temática Ética Animal nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais aplicadas, a qual a Ciência da Informação está inserida. A produção científica a cerca do tema no Brasil tem se feito presente em pequena percentagem, sendo discutidos tais elementos nos cursos de mestrado em Filosofia e Ciências sociais. Mapeou-se a produção científica aplicando técnicas cientométricas com vistas a integrar essa temática à Ciência da Informação.

Como resultado foram obtidos apenas 7 artigos sendo 4 deles encontrados na Scielo com o filtro de área em Ciências Humanas e 3 em Ciências Sociais Aplicadas, possibilitando a viabilidade de realização deste trabalho. A metodologia identificada na maioria dos artigos recuperados na Scielo foi de pesquisa a que descreve as características, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática dos objetos tratados, ou seja, pesquisa descritiva.

1.1 JUSTIFICATIVA

A questão da preservação e manutenção do meio ambiente tem sido pauta dos encontros promovidos pela ONU (Organização das Nações Unidas) devido à urgência em “proteger os recursos naturais” do planeta, entende-se por proteção de recursos dentro de uma visão utilitarista antropocêntrica, de que, o meio ambiente e os animais não humanos existem pura e simplesmente para servir aos animais humanos. Como pessoa vegetariana tal perspectiva sempre causou incômodo, ao tornar-me *vegan* a cerca de quatro anos e estando no curso de biblioteconomia observei a oportunidade de buscar referências no campo da Ciência da Informação que pautassem de forma não científico-nutricional-econômica a maneira como os seres humanos interagem com os outros seres vivos do meio ambiente. Surge então este estudo cientométrico sobre a produção de artigos que tratam da Ética Animal nas Ciências Sociais Aplicadas restringindo a pesquisa a base da Scielo para que esta não se alongasse tornando possível uma análise minuciosa dos artigos encontrados, podendo inclusive apontar suas falhas.

No campo da Ciência da Informação a pesquisa se justifica na intenção de compilar, identificar e analisar a produção científica brasileira sobre a temática da Ética Animal nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas no escopo de uma possível discussão no que tange ao desenvolvimento científico da temática nessas áreas no Brasil.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos que nortearam a presente pesquisa serão a seguir pormenorizados.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a produção científica brasileira sobre a temática da Ética Animal.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para viabilizar o objetivo geral destacam-se os seguintes objetivos específicos do trabalho:

- a) identificar toda a produção científica brasileira na base de dados Scielo;
- b) verificar os autores mais produtivos;
- c) descrever as metodologias empregadas nos estudos revocados;
- d) apontar a tipologia de pesquisa mais utilizada nos artigos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Quando me tornei vegetariano poupei dois seres: o outro e eu.

Professor Hermógenes

A revisão de literatura acerca dos temas que fundamentam a presente pesquisa foi realizada em livros, teses e artigos.

2.1 RELAÇÕES ÉTICAS ENTRE HUMANOS E NÃO-HUMANOS

Nas sociedades o relacionamento de humanos com os animais não humanos é baseado no especismo. Em analogia com o racismo e o sexismo, o especismo designa a ideologia que considera que a vida e os interesses dos animais não humanos (observemos que os humanos também são animais) podem ser simplesmente desprezados, porque eles são de uma outra espécie. Independente das diferenças que possam existir entre as espécies, fica claro que todos os seres sensíveis são iguais, face a capacidade de experimentar sofrimento ou desfrute. Pouco importa raça, sexo, espécie: o importante é que nos ressentimos, o interesse está em não sofrer, não ser vítima de violência e continuar uma vida. Todos os seres sencientes, pouco importa sua espécie, devem estar incluídos no círculo de consideração moral. Isto não implica em tratá-los de maneira idêntica, mas em, realmente, levar em consideração seus interesses, o principal deles, viver.

Singer (2010) argumenta que especismo é o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outra.

De acordo com Ryder (1991) o termo especismo tem a função de:

[...] descrever a discriminação generalizada praticada pelo homem contra outras espécies, e para estabelecer um paralelo com o racismo. Especismo e racismo são formas de preconceito que se baseiam em aparências – se outro indivíduo tem um aspecto diferente, deixa de ser aceito do ponto de vista moral. O racismo é hoje condenado pela maioria das pessoas inteligentes e

compassivas, e parece simplesmente lógico que tais pessoas estendam também para outras espécies a inquietação que sentem por outras raças. Especismo, racismo (e até mesmo sexismo) não levam em conta ou sobrestimam as semelhanças entre o discriminador e aqueles contra quem este discrimina e ambas formas de preconceito expressam um desprezo egoísta pelos interesses de outros e por seu sofrimento (RYDER, 1991 apud FELIPE 2003, p. 83-84).

Singer (2002) estabelece um princípio ético na intenção de fundar a igualdade entre os seres sencientes humanos e não humanos, o Princípio da Igual Consideração de Interesses, no qual estabelece uma máxima, se uma pessoa quiser levar a vida eticamente, não pode considerar somente os seus interesses, mas deve, igualmente, considerar os interesses de todos os outros afetados pelas suas ações. Dito de outra forma, o interesse de um animal não humano em permanecer vivo sucumbiria ao interesse de um humano em comer carne de vitela, por exemplo, ou o de consumir leite e seus derivados, ora vendidos em embalagens que nada condizem com a realidade as quais os animais não humanos se encontram durante a produção – exploração, sofrimento e morte.

[...] a abordagem de Singer da questão relativa aos animais apresenta a seguinte *démarche*: em primeiro lugar, Singer nos faz refletir acerca das consequências para as vidas em questão, das práticas promovidas na nossa sociedade. Em seguida, é própria necessidade de tais práticas, para as nossas vidas, que deverá ser questionada. Neste sentido, ele irá apontar para os diversos aspectos sobre os quais, de alguma forma, somos obrigados a refletir e ponderar, quando pretendemos agir de acordo com nossas convicções. Se estivéssemos, por exemplo, diante de um bebê e de um experimento, ou um teste de um determinado medicamento, que pudesse salvar milhões de vidas, é possível que muitos de nós considerássemos justificável a utilização do bebê em questão. Da mesma maneira, se os experimentos feitos em animais servissem para salvar milhões de vidas, de animais humanos ou não, talvez consentíssemos na sua utilização. O problema é que essa não é a nossa realidade. Na maior parte das vezes, o uso de animais em experimentos é simplesmente desnecessário. Em muitos casos, eles não nos fornecem indicativos satisfatórios acerca do resultado esperado na espécie humana, o que acaba levando a consequências graves para os próprios seres humanos. São hoje bem conhecidos, casos de medicamentos que foram testados em animais, sem danos ou consequências negativas, e que, quando aplicados aos seres humanos, causaram deformações genéticas e outros males. Singer nos convida a repensar essas práticas e a nos perguntarmos,

sinceramente, até que ponto consideramos que elas sejam realmente necessárias para a implementação de interesses nossos que possam ser colocados em pé de igualdade com os interesses mais básicos dos seres por elas utilizados. (DIAS, 2016, p.110)

No entanto, o Princípio da Igual Consideração de Interesses abre caminho para um especismo “eticamente” justificável. No cerne da escolha entre a vida de um humano e um não-humano, tal escolha já fora preestabelecida, visto que para os humanos a vida humana é mais valorada que a de um não-humano.

Por ética entende-se que é o princípio universal e invariável que busca a reflexão dos valores que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano. Contudo, a ética não descreve o mundo, em contrapartida, se encarrega de prescrições do que deve/deveria ser. Deste modo, a ética reside na intersecção entre o que é e o que deveria ser. O egoísmo ético diz que nosso dever é fazer aquilo que é melhor para nós mesmos, sendo assim, o Princípio da Igual Consideração de Interesses de Singer não resolveria a questão da igualdade entre os seres sencientes humanos e não humanos.

2.2. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA COMO ATO DE DOMINAÇÃO

Quando as pessoas dizem que ‘foram tratadas como animais’, elas dizem: ‘foram tratadas como se não fossem indivíduos’ (ADAMS, 2010, p. 7)

Violência simbólica é um conceito social elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu no qual aborda uma forma de violência imposta e sofrida pelos seres humanos, mas que não necessariamente resultam de uma agressão física. A violência simbólica é, em suma, uma forma de coação que se apoia no ato impositivo e determinado, seja econômico, social ou cultural (BOURDIEU, 2001).

A violência simbólica se fundamenta na fabricação e inculcação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Para Bourdieu (2011), a violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico “[...] violência

sensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 1975 *apud* NUNES, 2013, p. 7-8).

A indústria faz uso de violência simbólica no processo de comercialização dos produtos de origem animal não humano, impondo valores, hábitos e comportamentos sem recorrer necessariamente à agressão física, induzindo os indivíduos a seguirem seus critérios e padrões maquiados, disfarçados num discurso de que é saudável consumir carne, leite e seus derivados.

Em seminários de nutrição, por exemplo, cujo escopo é a importância da amamentação nos primeiros meses de vida após o nascimento de bebês humanos, o apoio e até mesmo o patrocínio para que tais eventos aconteçam é feito por grandes empresas, como a Nestlé, que “produz” leite através da exploração da vida de animais não humanos, em principal, as vacas, não só para indústria leiteira como para produção de doces achocolatados, comercializados, ao longo do ano, e em datas comemorativas, como a páscoa. Tendo em vista o patrocínio de uma empresa cuja lucratividade se dá a partir da subjugação de não humanos, há o boicote, ou melhor, há a recusa em convidar nutricionistas *vegans* e vegetarianos(as) e quando são convidados e aceitam, são impedidos de falar sobre os malefícios do consumo de leite de animais não humanos.

É notória a ausência do discurso sobre os malefícios do consumo de leite, ainda que nas clínicas particulares, hospitais públicos, médicos(as)/ nutricionistas tenham conhecimento, este por sua vez, não é repassado à sociedade. Tendo em vista, o interesse destes profissionais em se manter na zona de conforto na qual se encontram, o desdobrar do saber coletivo não lhes desperta interesse, já que teriam de confrontar-se com algo maior, uma indústria sustentada pela mídia e as demais instituições que estabelecem o poder.

Outra forma de violência simbólica é estabelecida ao atribuir racionalidade como principal critério para manutenção da exploração, sofrimento e morte de animais não humanos. A não racionalidade atribuída aos não humanos tem justificado sua dominação e exploração.

[...] na perspectiva de Singer (2002), é dizer que há um grupo de interesses que deve ser levado em consideração, e há um grupo de interesses que pode ser colocado de lado por ser considerado como hierarquicamente inferior. Isso nos comprometeria a procurar, identificar e respeitar, diante da diversidade de interesses manifestos, os interesses preferenciais de cada agente, ou de cada sujeito da moralidade. Dessa maneira, para seres humanos ou, mais especificamente, para “pessoas”, nós poderíamos até mesmo ordenar o interesse por questões filosóficas, ou o interesse pela fruição artística, como anteriores a interesses supostamente mais básicos, como, por exemplo, uma boa alimentação, um meio-ambiente saudável etc. Mas o que não poderíamos fazer é supor que estaríamos justificados ao ignorar os interesses mais básicos de outros seres, em nome de nossos interesses não preferenciais. A moralidade ou a nossa concepção de justiça deve ser entendida de tal forma que, antes de qualquer coisa, procure defender os interesses mais básicos de todos aqueles que compõem o seu universo. Só a partir daí poderíamos, então, buscar estabelecer certo equilíbrio entre os demais interesses. Assim todas as vezes que refletimos sobre nossa atuação com relação a outros seres humanos e a outros seres vivos, deveríamos levar esse aspecto em consideração. (DIAS, 2016, p.120)

Num processo antropocêntrico o ser humano não consegue se entender enquanto parte do meio ambiente, seguindo a premissa de que a humanidade é o centro das coisas e não parte delas. Neste paradigma o meio ambiente é entendido separadamente, como algo do qual o ser humano não faz parte, desta forma o meio ambiente é visto enquanto instrumento para o bem estar da humanidade.

O meio-ambiente enquanto um sistema funcional deixaria de ocupar este lugar que é pensado como meio para se garantir o bem estar dos seres humanos ou de outros animais sencientes, mas com um fim em si mesmo, passando a ter valor intrínseco.

As práticas cotidianas dos seres humanos distinguem-se das de outros animais pelo simples fato de poderem escolher, enquanto uma leoa com ou sem filhotes em seu habitat natural terá de caçar para alimentar a si e aos seus bebês, os seres humanos podem simplesmente cultivar seus alimentos básicos através de plantações, ou como acontece com a maioria deles, ir a um estabelecimento comercial e comprar o que quer que seja para alimentar-se. Justificativa essa que se mantém apoiada à questão da evolução da espécie humana, não obstante, ela foi ao longo dos anos reforçada pela medicina, a mídia e a indústria, levando os indivíduos

a acreditarem que o consumo de carne e produtos derivados da vida animal não humana é algo essencial e saudável para o corpo humano. Segundo a psicóloga Melanie Joyce (2009), isso se dá por manipulação, ausência de conhecimento e bem como fora estabelecida por um conhecimento questionável ao passo que uma pessoa vegetariana alimentando-se de modo diversificado tem uma saúde melhor que a de pessoas carnistas¹. Joyce (2009), ainda afirma que há estudos que apontam o consumo de animais não humanos e seus derivados como a maior causa de vários tipos de câncer – os dados não serão apresentados, já que não é o foco desta pesquisa.

Dito de outra forma, a violência simbólica nos termos de Bourdieu (2011) se dá num processo que caminha com as práticas culturais, hábitos e sistemas de poder que são capazes de manipular toda forma de exploração, inclusive a de animais não humanos, como a invenção da pesca “sustentável”, apenas para fazer com que indivíduos humanos não se sintam culpados ao consumirem peixes e outros pequenos animais marinhos para que assim continuem retirando-os dos oceanos.

Segundo o fundador da Sea Shepherd Conservation², capitão Paul Watson (2017), afirma que a pesca seja de qual tipo for não esgota só as espécies, mas promove um esgotamento em série, por exemplo, se há uma espécie que tem sua população reduzida, a indústria pesquisa e avança para outra espécie, isto é chamado de esgotamento em série³, ou seja, a pesca não deixou de ser predatória, enquanto isto a natureza perde peixes, não só uma espécie, mas a que vem a seguir e o mecanismo ainda é muito destrutivo, perde-se os peixes e também se destrói o seu habitat. Ele costumava dizer que se os oceanos morrerem morreremos, o que é uma verdade. A omissão dos fatos descritos tem consequências catastróficas para o habitat marinho, tal manipulação deste conhecimento faz com que os indivíduos,

¹ O termo carnism foi criado pela psicóloga americana Melanie Joyce no livro “Why we love dogs, eat pigs and wear cows”, termo traduzido livremente como carnismo, chegando a utilização da expressão cartista, em português, para designar pessoas que consomem animais não humanos.

² Organização internacional de conservação da vida marinha sem fins lucrativos.

³ Afirmação extraída a partir do documentário What the health dirigido e produzido por Kip Anderson e Keegan Kuhn, lançado em 07 de março de 2017 na Netflix.

numa visão totalmente antropocêntrica, se distanciem do ecossistema como se não fizessem parte dele, como se a existência humana fosse separada do meio ambiente e, por conseguinte, mais importante, a ponto de instrumentalizar o meio ambiente, subjugando as outras espécies.

A própria Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ECO 92 reforça em seu 8º princípio essa instrumentalização, qual seja: “para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos, os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas.”⁴

Charles Bukowski (1982), poeta e escritor alemão, certa vez escreveu que a raça humana exagera em tudo: seus heróis, seus inimigos, sua importância. A criação de diretrizes que sustentem um cuidado ecológico ainda está baseada numa visão antropocêntrica, sustentando a ideia de reduzir os danos para que as futuras gerações (de humanos) possam usufruir da natureza como recursos para o bem estar voltado a sua espécie.

2.3 AS PERSPECTIVAS DE TOM REGAN, PETER SINGER E GARY FRANCIONE: SUAS DISPARIDADES EM TERMOS ÉTICOS.

Para Tom Regan (2005) tanto pessoas quanto animais, que são conscientes do mundo em que vivem, não existem para servir aos interesses de outros, nem são coisas para serem usadas como meios para fins de outrem. Do ponto de vista moral, defende Regan (2005), cada um de nós e cada animal consciente é igualmente um alguém, não um objeto, não uma coisa. Todos estes, afirma ele, são sujeitos de uma vida, não uma vida sem sujeito. O que de certa forma é reforçado por Peter Singer quando na tentativa de inserir moralidade aos animais não humanos, atribuindo-lhes o status de pessoa.

⁴ Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Documento não paginado. Informação disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

[...] geralmente, ignoramos o abuso das criaturas vivas que subjaz a comida que consumimos. A compra de comida numa loja ou restaurante é o culminar de um longo processo, do qual tudo, com exceção do produto final, é delicadamente afastado da nossa vista. Compramos a nossa carne em embalagens de plástico limpas. Quase não sangra. Não há razão para associar estas embalagens a um animal vivo, que respira, caminha e sofre. (SINGER, 2008, p.89).

Para Francione (1996) o estatuto moral dos animais não humanos como propriedade é um problema cuja solução estaria na outorga de direitos morais aos não humanos junto a aceitação de seu valor inerente igual. Segundo ele o único direito que é partilhado por todos os seres humanos inegavelmente deve ser estendido a todos os animais não humanos sencientes, o direito negativo pré-legal e básico de não ser tratado exclusivamente como um recurso econômico. Por valor inerente igual, reforça o autor, que mesmo que ninguém valore os animais não humanos, estes valoram a si próprios, ou seja, ainda que os seres humanos não deem importância para suas vidas, os não humanos se importam com ela. O simples e básico direito a vida deveria ser a premissa maior para o respeito e a não subjugação dos animais não humanos, tornando-os membros da comunidade moral a qual todo ser humano, independente de suas capacidades, faz parte.

Peter Singer (2002) abandona as noções éticas enraizadas na sociedade. A começar pelo caráter sagrado da vida humana. Por que a vida de um homem tem sempre mais valor que a de um cão ou de um chimpanzé? Para responder essa pergunta, ele leva em conta algumas variáveis. A principal delas é o interesse em não sofrer, um princípio que está na origem de seu vegetarianismo radical. O autor também considera a capacidade de fazer planos para o futuro, relacionar-se e pensar sobre a própria existência. Mas essa teoria também vale para seres humanos. Singer afirma que tirar a vida de um ser humano “normal” é mais errado que tirar a de outro que não tem e nunca terá – devido a uma lesão cerebral, por exemplo – a capacidade de se ver como alguém existente no tempo, com passado e futuro. Portanto, não há sentido em prolongar a vida onde existe muito sofrimento e pouca consciência.

A ética prática de Singer (2002) também ecoa em outros campos, embora com menos barulho. Ele defende que os países ricos têm a obrigação de ajudar os

pobres e que cada um de nós é responsável por pessoas que neste momento estão morrendo de fome.

Já Tom Regan (2005) afirma em seus pressupostos teóricos que animais não humanos são sujeitos de uma vida também, ou seja, o autor tenta quebrar o paradigma de que somente seres sencientes teriam sua vida valorada, expandindo-a para o meio ambiente. A ideia de uma ética totalmente ambiental trás à tona a ideia de que os seres humanos não são os únicos dignos de respeito e consideração, mas de modo ampliado a ética ambiental de Regan (2005) inclui animais não humanos e elementos da natureza que não possuem as capacidades intrínsecas aos sujeitos de uma vida. A ética proposta por Regan (2005) rejeita perspectivas que se definem como preservacionistas ou como propostas de gerenciamento da natureza e do uso de recursos pelos seres humanos. Uma ética ambiental para Regan (2005) confere a natureza valor inerente e exige do ser humano, então, respeito pelo valor inerente aos elementos que compõem a integralidade da vida.

A princípio uma teoria ético ambiental deve ter por base a premissa de que indivíduos não humanos possuem estatuto moral, em segundo lugar as bases de uma ética ambiental devem abarcar a ideia de que tantos seres conscientes quanto seres não conscientes são inseridos na concepção de um status de moralidade, isto é, possuem valor moral. Para legitimar a proposta de uma ética genuinamente ambiental é necessário que as teorias neste sentido satisfaçam essas duas condições. Regan (2004) enumera possíveis argumentos que se contrapõem a necessidade de uma ética genuinamente ambiental, para que uma teoria ética possa inserir o meio ambiente em seu escopo de preocupações morais é preciso que tal teoria se coloque além das visões éticas de gerenciamento de recursos, em oposição aos movimentos ambientais que propunham este gerenciamento de recursos naturais.

Regan (2004) pensa a natureza a partir de uma base valorativa, para ele há uma grande diferença entre uma ética ambiental e outros tipos de teorias que promovem o bem estar de seres conscientes, teorias que propõem uma relação de semelhança ou proximidade dos humanos com outros animais, com outros seres e que então seriam moralmente considerados por conta de uma semelhança. Para ele

uma teoria ética que não reconheça valor inerente à vida de seres conscientes não humanos (animais) e a seres não conscientes (plantas e ecossistemas), não pode ser considerada verdadeiramente ambiental.

Regan (2004) descarta as teorias éticas tradicionais, inclusive a elaborada por Peter Singer, para quem a senciência desempenha um papel fundamental, no estabelecimento da linha divisória que separa os seres em relação aos quais o sujeito moral tem deveres diretos, dos demais, em relação aos quais seus deveres podem ser considerados indiretos.

Para invalidar possíveis objeções feitas a sua teoria, Regan (2005) caracteriza os princípios que uma ética deve obedecer para ser reconhecida como genuinamente ambiental, para isto, se utiliza de três argumentos para definir, minuciosamente, o que é, em sua concepção, uma teoria ética ambiental e as características que ela deve ter: o do interesse, o da senciência e o do bem inerente. O argumento do utilitarista Peter Singer (2002) em sua teoria do Princípio da Igual Consideração de Interesses é inválido quando Regan (2005) mostra que seres que não possuem consciência têm interesse, por exemplo, o interesse de não ser destruído ou afetado por ações externas. Para Regan (2005), um sujeito de interesses se constitui de dois modos distintos: 1. na condição de sujeito de um interesse; e na condição de, 2. ser sujeitado a um interesse. Se pensarmos, por exemplo, no interesse que um ser humano tem de irrigar sua plantação, para tanto, ele utilizará a água de um rio próximo. Este ser humano tem um interesse, é sujeito de um interesse, neste caso, do interesse em utilizar a água do rio para irrigar sua plantação. Porém, a planta também possui um interesse em receber água. Ela não é consciente, não é sujeito do interesse, mas sujeita à necessidade de nutrir-se com a água. Por vezes, vemos apenas o conceito de interesse na perspectiva de um sujeito agente, e não na de um paciente. Regan (2005) aponta apenas estes dois tipos de interesse, porém, é possível pensarmos em um terceiro tipo de interesse. Voltando ao nosso exemplo, o rio, apesar de não ser sujeito de um interesse, está sendo sujeitado a interesses: o interesse do ser humano em irrigar sua plantação, e o interesse da planta, em nutrir-se da água. Desse modo, percebemos que mesmo

seres não-sencientes, no caso, o rio, também podem ter interesse, ainda que somente em um terceiro sentido do termo.

Para Tom Regan (2005) uma ética genuinamente ambiental deve em primeiro lugar ter o critério de ser-sujeito-de-uma-vida, com valor único e absoluto, ao menos para o sujeito daquela vida, deve ser a premissa da considerabilidade moral. Em segundo lugar, uma ética genuinamente ambiental deve partir do ambiente, considerando seu valor inerente.

[...] apesar de Singer ter desempenhado um papel significativo na disseminação de um discurso “pró-inclusão” dos demais animais na comunidade moral, o filósofo realiza a mesma tática ontológica de assimilação pela identificação e exclusão da diferença, ainda que de forma mais alargada que no antropocentrismo tradicional, embora se possa considerar sua proposta como uma espécie de reconstrução do antropocentrismo, já que o modelo tradicional expôs suas fragilidades de forma irreversível. Ademais, Regan, apesar de suas críticas contundentes à teoria de Singer, não foi capaz de superá-lo, haja vista os seus equívocos epistemológicos se traduziram arbitrários. Já Francione, apesar de se mostrar mais coerente, não convence que sua teoria poderá ser adotada em conformidade ao modelo de produção atual, assim como não o enfrenta devidamente. Na verdade, nenhuma destas teorias assume que seja impossível, em uma metafísica do acúmulo infinito através da exploração, a priorização de uma relação ética entre as inúmeras espécies, mesmo os animais não sejam abarcados pela sua própria alteridade, mas somente na medida em que se assentam na totalidade em que estamos inseridos. Como se não bastasse, ainda há as propostas biocêntricas que relembram que a senciência nada mais é que um artifício para uma finalidade maior, ou seja, a própria vida, que empreende um esforço significativo para assim manter-se, embora não se possa se dizer, definitivamente, o que é vivo e o que não é. Conclusivamente, as propostas de Singer, Regan e Francione para consideração moral dos seres sencientes são identificadas como sugestões protelatórias, que não fazem mais do que acompanhar a lógica totalizante da tradição do pensamento ocidental, para que esta não possa ser desarticulada já que se presta sempre a justificar e racionalizar a “realidade”. (SOUSA, A.A.S., p. 158, 2017)

Além disso, para Regan (2005) uma ética genuinamente ambiental deve admitir a considerabilidade moral de seres conscientes não-humanos e de seres não-conscientes.

2.4 O VEGANISMO

Em novembro de 1944, em Birmingham na Inglaterra, Elsie Shrigley⁵ e Donald Watson⁶ convocaram uma reunião com outros quatro vegetarianos não lácteos, para discutir dietas e estilos de vida vegetarianos não lácteos, ou vegetarianismo estrito. Apesar de muitos pontos de vista mantidos semelhantes no momento, estes seis foram os pioneiros de um novo movimento - apesar da oposição. O grupo sentiu a necessidade de um novo termo, algo mais conciso do que 'vegetarianos não lácteos'. Foi estabelecido 'vegan', contendo as primeiras três e as duas últimas letras de "vegetariano". Nas palavras de Donald Watson, marcou "o início e o fim de vegetariano."

Embora a dieta vegetariana não láctea tenha sido definida no início de 1949 por Leslie J. Cruz, não havia uma definição de Veganismo e Elsie Shrigley juntamente com Donald Watson sugeriram "o princípio da emancipação da exploração dos animais pelo homem", mais tarde "busca do fim do uso dos animais pelo homem para alimentos, matérias-primas, trabalho, caça, vivissecção, e por todos os outros usos relacionados com a exploração da vida animal pelo homem".

Quando a sociedade tornou-se instituição de caridade em 1979, o Memorando e Artigos de Associação atualizou a definição de "Veganismo" como: "Uma filosofia e estilo de vida que procura excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade para com os animais, para comida, roupa ou qualquer outra finalidade; e, por extensão, promova o desenvolvimento e uso de alternativas livres de animais para benefício dos seres

⁵ Elsie B. Shrigley também conhecida como Sally Shrigley foi uma das co-fundadoras da The Vegan Society e do termo Veganism. No início da década de 1960, Sally era presidente da The Vegan Society e em diversas ocasiões ocupava mais ou menos qualquer outra posição oficial, ela também foi delegada da Sociedade vegana em muitos Congressos Internacionais da União Vegetariana. Serviu continuamente no comitê da Sociedade até sua morte, em maio de 1978.

⁶ Donald Watson, era um marceneiro, pacifista inglês e secretário da Sociedade Vegetariana de Leicester, pioneiro da agricultura vegânica. Watson faleceu aos 95 anos em 2005.

humanos, animais e meio ambiente. Em termos dietéticos denota a prática de dispensar todos os produtos derivados total ou parcialmente a partir de animais.”

Antes de falecer aos 95 anos, em 16 de novembro de 2005, Donald Watson concedeu uma entrevista ao seu amigo George Roger, argumentando que veganismo não se trata simplesmente de buscar alternativas para ovos mexidos ou um bolo de Natal. “É algo realmente grande, que desconhecíamos quando criamos o veganismo, uma filosofia criticada por muitos, mas sobre a qual ninguém tem nenhuma prova contra. Se você é vegetariano, saiba que falta apenas um salto para se tornar vegano”, enfatizou Watson.

FIGURA 1 – HOME PAGE THE VEGAN SOCIETY



Fonte: Vegan Society (2017)

A palavra *vegan*⁷ apareceu pela primeira vez em um dicionário em 1962. No Dicionário Ilustrado Oxford o termo era definido como um vegetariano que não consome manteiga, ovos, leite e queijo.

⁷ Nota da autora: é importante salientarmos que o veganismo antes que a palavra fosse inventada e antes da existência da Sociedade Vegana existisse e que o vegetarianismo (incluindo não consumir ovos/produtos lácteos ou usar animais) tenha sido praticado em muitas culturas e países ao redor do

De acordo com a Vegan Society (2006), o veganismo recusa a opressão/exploração de animais não-humanos, em absoluto. Boicota a pecuária; erradica da dieta alimentar “carnes”, gelatina, laticínios, ovos, mel e quaisquer produtos de origem animal; opõe-se ao carnismo; veta a indústria de peles; exclui vestuário, medicamentos, cosmética, contraceptivos, ornamentação e produtos de higiene e limpeza que contenham substâncias de origem animal ou testam a sua viabilidade de uso para humanos em animais não humanos; a pessoa vegana profissionalmente não trabalha com exploração animal (vivo ou morto), como venda de animais em pet shop, lojas de aquário ou gaiolas para passarinhos, venda de qualquer produto que contenha derivado animal (por exemplo bolsas e sapatos de couro), restaurantes que utilizem animais ou seus resíduos corporais como comida; repudia o uso de animais não-humanos em atividades voltadas ao entretenimento, como circos, touradas, rodeios, vaquejadas, jardins zoológicos, ‘super’ aquários, equitação, caça e pesca desportivas, etc. Nessa medida pessoas veganas visam promover a criação, o desenvolvimento e o uso de produtos de origem não-animal, com vista a proteger os direitos dos sujeitos humanos e não-humano (sensientes), bem como a preservar o meio ambiente. Em suma, o veganismo opõe-se ao especismo, assim como o vegetarianismo antagoniza com o carnismo.

Para o veganismo, os animais não-humanos detêm autonomia própria e liberdades invioláveis; não existem para alimentar, vestir e entreter os animais humanos. O animal não-humano não é concebido como propriedade, herança ou objeto; é tão-só dono de si. Objetificá-lo e/ou comê-lo é promover o especismo, ou seja, uma ideologia discriminatória. Segundo a ecofeminista Adams C.J (2010) é necessário um rompimento com a história dominante, o caminho em direção às sociedades mais sustentáveis deve fazer-se, então, pela adoção de práticas veganas, porque estas são imprescindíveis na redução da violência contra animais

mondo durante séculos. A maioria desses países e culturas tem sido predominantemente da Ásia e da África e não na Europa (com exceção da Grécia) e segundo consta os egípcios antigos eram em sua maioria vegetarianos.

não humanos, na proteção do meio ambiente, no travamento de crises alimentares e na promoção da saúde pública. (Adams,C.J. 2010)⁸.

⁸ Carol J. Adams é escritora e ativista feminista formada em Teologia pela Yale University, e tem pesquisado sobre temas como vegetarianismo, direitos animais, violência doméstica e abuso sexual. *A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina*, livro de sua autoria, é o primeiro a ser publicado no Brasil, 22 anos após seu lançamento nos Estados Unidos sob o título *The Sexual Politics of Meat: A Feminist Vegetarian Critical Theory*

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza por ser um estudo descritivo que aplica técnica cientométrica para identificar a produção científica sobre a temática da Ética Animal no Brasil. Nesse sentido, o primeiro passo foi acessar o site Scientific Electronic Library Online – SciELO⁹.

A pesquisa fora realizada entre os dias 14 e 23 de setembro de 2017. Os descritores pesquisados, definidos *a priori*, foram: Ética Animal, Especismo¹⁰ e Violência Simbólica.

Ao objetivar não só a diminuição nos ruídos, inerentes a qualquer busca automatizada, mas também identificar a produção científica nacional aplicou-se o filtro geográfico (Brasil). Além dele, o filtro de área do conhecimento foi utilizado visando prospectar trabalhos que foram desenvolvidos no contexto das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas. Optou-se pela não aplicação do filtro temporal para possibilitar uma avaliação da produção acerca da temática em sua totalidade.

Para tanto, se criou uma planilha de coleta de dados dos textos que será a seguir apresentada.

QUADRO 1 – PLANILHA DE COLETA DE DADOS

Descritor					
	Título	Autor(a)	Palavras-chave	Sujeitos da pesquisa	Metodologias
Texto 1					

Fonte: a autora (2017)

⁹ Banco de dados bibliográfico, biblioteca digital e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros de acesso aberto. Disponível em: < <http://www.scielo.br/?Ing=pt>> Acesso em 03 Dez 2017.

¹⁰ Especismo é a atribuição de valores ou direitos diferentes a seres dependendo da sua afiliação a determinada espécie. O termo é usado para se referir à discriminação que envolve atribuir a animais sencientes diferentes valores e direitos baseados na sua espécie. Disponível em: <<http://especismo.org/>>. Acesso em 03 Dez 2017.

Foram encontrados ao todo 93 artigos, no Scielo, que após a leitura técnica resultaram na amostra intencional de sete (7) trabalhos. Somente os títulos e resumos que se aproximaram com o objetivo da pesquisa foram contabilizados, os demais foram descartados, reduzindo significativamente o número de artigos para posterior análise de conteúdo.

A primeira busca consistiu do termo *Ética Animal* sendo encontrados um total de 24 artigos, dentre os quais 23 em Ciências Humanas e apenas um (1) na área de Ciências Sociais Aplicadas. Posteriormente, nova busca em Ciências Humanas foram recuperados 11 artigos, dos quais quatro tiveram seu conteúdo analisado.

Na busca pelo descritor *Especismo* foram recuperados oito (8) artigos, dentre eles quatro (4) em Ciências Humanas e quatro (4) em Ciências Sociais Aplicadas, sendo que apenas dois deles coube analisar o conteúdo. O que demonstra a falta de interesse na produção de artigos acerca do termo que se encontra em *Ética Animal*.

Já na busca pelo descritor *Violência Simbólica* foram recuperados um total de 61 artigos, dentre eles 47 em Ciências Humanas e 14 em Ciências Sociais Aplicadas, sendo que a análise de conteúdo se fez pertinente em apenas um artigo encontrado, no entanto, após leitura minuciosa foi notado que o interesse maior da autora se pautou nas relações psicopolíticas entre sociedade e os humanos que passaram por situações traumáticas, como as torturas no período da ditadura no Brasil.

3.1 ESTUDOS MÉTRICOS - A CIENTOMETRIA

A bibliometria surgiu em 1923, intitulada por Edward Wyndham Hulme como “bibliografia estatística”. Em 1934, Paul Otlet, em sua publicação “*Traité de Documentation*”, formalizou o termo “bibliometria”. Mas somente em 1969, o termo se popularizou no artigo de Allan Pritchard que discutia a polêmica “bibliografia estatística ou bibliometria?” (VANTI, 2002).

Três leis foram de extrema importância para o seu desenvolvimento. A Lei de Lokta aponta para a quantificação da produtividade dos autores frente a um modelo de distribuição, tamanho, frequência de diferentes autores em um conjunto de documentos. A Lei de Zipft consiste na medição da frequência do aparecimento de

palavras em diversos textos, gerando uma lista ordenada de palavras de uma disciplina ou assunto. E a Lei de Bradford estabelece o núcleo e as áreas de dispersão sobre certo assunto em um mesmo conjunto de revistas. Tais leis, nascidas no âmbito da bibliometria, passaram a constituir o núcleo da cientometria. (TAGUE-SUTCKIFE, 1992 *apud* VANTI, 2001).

Para Price (1969), a cientometria é o estudo quantitativo da atividade científica, constituindo-se como modelo que se preocupa com a interpretação dos dados quantitativos, à luz das teorias construídas no âmbito das ciências humanas e sociais. A cientometria consiste em aplicar técnicas numéricas analíticas para estudar a ciência das ciências. Seu objetivo principal é fornecer insumos para o planejamento e a avaliação de políticas científicas, preocupando-se com a dinâmica da ciência, como atividade social, tendo como objetos de análise a produção, a circulação e o consumo da produção científica.

Na presente pesquisa aplicaram-se somente princípios cientométricos para mensurar a produção científica acerca do tema proposto. Isso se deu em função da incipiência do tema no cenário acadêmico e científico brasileiros.

3.2 O OBJETO DE PESQUISA: SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO)

A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME¹¹. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq¹². O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Com o avanço das atividades do projeto, novos títulos de periódicos estão sendo incorporados à coleção da biblioteca.

¹¹ Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde.

¹² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O objetivo do site é implementar uma biblioteca eletrônica que possa proporcionar um amplo acesso a coleções de periódicos como um todo, aos fascículos de cada título de periódico, assim como aos textos completos dos artigos. O acesso aos títulos dos periódicos e aos artigos pode ser feito através de índices e de formulários de busca. O site da SciELO é parte do Projeto FAPESP/BIREME/CNPq e um dos produtos da aplicação da metodologia para preparação de publicações eletrônicas em desenvolvimento, especialmente o módulo de interface Internet. O site é constantemente atualizado tanto no seu formato como no seu conteúdo, de acordo com os avanços e os resultados do projeto¹³.

FIGURA 2 – HOME PAGE DA SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO)



Fonte: SCIELO (2017)

¹³Disponível em: < http://www.scielo.br/?lng=pt> Acesso em 03 Dez 2017

3.3 A ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS ARTIGOS

Aplica-se, nesta pesquisa o conceito de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011, p. 15) como sendo: “[...] um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.” Essa técnica funciona para analisar comunicações, sejam científicas ou não. No presente contexto, a escolha pela aplicação da técnica de análise de conteúdo se deu em função do universo encontrado ser bastante pequeno e, por conseguinte, possibilitar a leitura crítica dos textos buscando identificar características como: os sujeitos da pesquisa, os métodos e metodologias aplicados. Observou-se que a maior parte 85,71% dos artigos são da área de Ciências Humanas. Dentre os textos recuperados 42,86% utilizaram a metodologia descritiva.

Apesar da temática Ética Animal ser pouco explorada por teóricos brasileiros, vem sendo discutida no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas nos cursos de pós graduação e mestrado em sociologia e filosofia social, diferentemente de como era explorado, apenas como instrumento da bioética em veterinária e demais áreas da saúde, bem como alguns dos textos recuperados são pautados.

Analisar o conteúdo dos textos se fez pertinente para investigar a iminência de teóricos contidos no referencial teórico desta pesquisa, como Tom Regan, por exemplo, além de descrever e interpretar o conteúdo, conforme resumos inseridos no apêndice. Os artigos investigaram a relação entre os sujeitos da pesquisa – humanos e animais não humanos, utilizando-se de metodologia de pesquisa descritiva com questionários para compilar, analisar e interpretar os dados, na busca por um denominador comum, o conhecimento sobre ética animal e especismo. As palavras-chave que se destacaram por aparecerem com frequência nos textos foram: ética em pesquisa, experimentação animal, prática científica e sofrimento, não obstante reforçando, conforme Adams (2006), a percepção humana relativa aos animais não humanos sencientes fundamenta-se, essencialmente, em relações utilitárias.

4 RESULTADOS

Os resultados serão a seguir pormenorizados.

QUADRO 2 – COLETA DE DADOS SOBRE ÉTICA ANIMAL

Descritor	Ética Animal				
	Título	Autor(a)	Palavras-chave	Sujeitos da pesquisa	Metodologia
Texto 1	A Partilha do Sofrimento: relações instrumentais entre animais em laboratórios e sua gente.	Birke, L.; Cixous, H. Stigmata; Coetzee, J.M.; Coghlan, A.; Derrida, Jacques; Farne, N.; Haraway, D.; Nancy, J.; Stenger, I. Whitehead, A.N.	Antropologia da ciência; Espécies companheiras; Ética de pesquisa; Experimentação animal; Matável; Mimética; Moral; Razão; Relações instrumentais; Responsabilidade; Sacrifício; Sofrimento.	Animais que “trabalham” no laboratório; Técnicos de laboratório.	Trata-se de uma pesquisa explicativa.
Texto 2	Conhecimento e envolvimento de graduandos em fisioterapia acerca dos preceitos éticos da experimentação animal.	Brasil. Lei no 11.794, de 8 de outubro de 2008.; Diniz, R. et al (2006); Feijó AGS, et al (2008); Schatzmayr HG, Muller CA.(2008)	Ética; Ética em pesquisa; Comissão de ética; Comitês de ética em pesquisa; Experimentação Animal; Bioética; Métodos alternativos; Moral; Conhecimento; Bem-estar; Sofrimento.	Estudantes de graduação em fisioterapia; Animais não humanos utilizados no ensino.	Trata-se de uma pesquisa descritiva com uso de questionários.

Descritor	Ética Animal				
	Título	Autor(a)	Palavras-chave	Sujeitos da pesquisa	Metodologia
Texto 3	Animais reais e virtuais no sul do Brasil: atitudes e práticas laboratoriais	Hollis, K. L. (1997); Hunziker, M. H. L. (1995); Krames, L et al(1996); Oliveira, E. A. de (1999); Orlans, F. B. (1993).; Plous, S. 1996); Rivera, H. (1999).	Ensino de psicologia; ética; legislação; psicologia experimental; informática; Sofrimento; Drogas; Pesquisa;	Estudantes de graduação em psicologia; Animais não humanos utilizados no ensino.	Trata-se de uma pesquisa descritiva com uso de questionário.
Texto 4	Afeto entre humanos e animais não humanos no biotério.	Despret, V. (2004); Haraway, (2008); Ingold, T. (2000); Stengers, I. (2005).	Relação humanos e animais não humanos; Modelo animal; Ética; Prática científica; Afeto; Bichos; Biotério; Convivência; Criaturas; Cuidado; Descarte; Espécies; Morte; Pesquisa; Reconhecimento; Sacrifício; Sofrimento; Vida.	Técnicos do biotério; Animais não humanos no biotério;	Trata-se de uma pesquisa de campo e descritiva.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

QUADRO 3 - COLETA DE DADOS SOBRE ESPECISMO

Descritor	Especismo				
	Título	Autor(a)	Palavras-chave	Sujeitos da pesquisa	Metodologia
Texto 1	Legislação de proteção animal para fins científicos e a não inclusão dos invertebrados – análise bioética.	Nuffield Council on Bioethics (2005); Brusca, RC. (2007); Harvey-Clark C (2011); Aristóteles (2006); Wilson-Sanders S. (2011); European Food Safety Authority (2005); Duncan IJH. (2006); Dawkins MS. (2001); Mills DS. (2010); Broom, DM. (2007)	Invertebrados; Legislação; Senciência; Experimentação animal; Especismo; Capacidade; Ética; Metodologias; Moralidade; Proteção; Sofrimento; Vivissecção.	Animais não humanos do filo dos invertebrados	Trata de uma pesquisa explicativa.
Texto 2	Representação social acerca dos animais e bioética de proteção: subsídios à construção da educação humanitária.	Duveen G.(1999, 2003); Levai, LF.(2006); Almeida AMO (2001); Naconecy CM.(2006); Unesco (1978); Santana L R. (2004); Schramm FR. (2005)	Animais; Bioética; Educação; Teoria das representações sociais; Especismo; Ética; Sofrimento; Afeto; Cuidado; Abandono; Antropocêntrico; Empatia.	Estudantes na faixa de 7 a 11 anos de idade.	Trata-se de uma pesquisa de campo experimental.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

QUADRO 4- COLETA DE DADOS SOBRE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Descritor	Violência Simbólica				
	Título	Autor(a)	Palavras-chave	Sujeitos da pesquisa	Metodologia
Texto 1	Violências e subjetividades: O indivíduo contemporâneo.	Arendt (2002); Bauman (2005); Caniato, A. M. P. (2000); Chomsky, N. (2002); Freud, S. (1981a); Glassner, B. (2003); Mariotti, H. (2002); Sennett, R. (2001);	Violência social e violência de Estado; Psicanálise; violência simbólica internalizada; banalização da violência; pseudo-individualização.	Humanos que sofreram traumas decorrentes da tortura por outros seres humanos.	Trata-se de uma pesquisa de estudo de caso com fins de analisar as relações psicopolíticas entre sociedade e os humanos que passaram por situações traumáticas

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Os objetivos dos artigos recuperados serão pormenorizados respeitando a sequência de descritores utilizados, quais sejam: Ética animal, Especismo e Violência Simbólica.

Descritor 1 - Ética animal identificaram-se as seguintes premissas:

- a) Analisa a relação instrumental entre humanos e não humanos no âmbito da pesquisa científica nos laboratórios;
- b) Verifica o conhecimento dos futuros profissionais de fisioterapia relacionado aos preceitos éticos da experimentação animal;
- c) Investiga a possibilidade de meios alternativos ao uso de não humanos nas aulas práticas bem como de que forma essa relação ocorre.

Foi observado que os artigos recuperados, a partir da busca pelo descritor Ética Animal fizeram uso, em sua maioria, da tipologia de pesquisa descritiva com uso de questionários para coleta de dados e posterior análise dos resultados encontrados. Utilizando-se de métodos cujo foco era examinar as práticas de ensino e pesquisa quanto à ética e analisar com amostragens os indicadores éticos quanto ao uso de animais não-humanos na pesquisa e no ensino. Em relação aos autores mais citados, observou-se a decorrência nos textos 1 e 4 do descritor Ética Animal, da autora Donna Haraway¹⁴.

Neste texto, Derrida (2002) discute a ideia de animais não humanos como coisas e não alguém, diferentemente de Tom Regan (2005) que descreve animais como pessoas, no entanto, o que separariam animais não humanos do prisma ético é a incapacidade de dar respostas, visto que os animais humanos não conseguem distinguir uma resposta de uma reação. Neste artigo constata-se que a vida humana é mais valorada que a de qualquer outro ser e não se pensa alternativas que possam substituir os não humanos no âmbito das pesquisas em laboratório.

O segundo texto analisado a partir do descritor Ética Animal aferiu, através da compilação dos dados coletados, que apesar de maioria dos estudantes demonstrarem conhecimento a respeito do tema eles nunca haviam pensado meios alternativos que substituíssem os animais não humanos no ensino e pesquisa.

Assim como visto na análise do texto 1, o terceiro artigo recuperado na busca pelo descritor Ética Animal pesquisado doze anos depois, sobre o conhecimento e prática de estudantes, neste caso de fisioterapia, pouco ou nada mudou em termos da abolição da prática da experimentação animal no ensino e pesquisa, bem como apesar de a maioria se mostrar desfavorável a essa prática e terem conhecimento ético a respeito, nenhum havia sequer pensado na possibilidade de uma substituição alternativa que poupasse a integridade física, o bem estar nem a vida dos não humanos.

¹⁴ Donna Haraway é uma bióloga, filósofa, escritora e professora emérita estadunidense, no Departamento de História da consciência, na Universidade da Califórnia em Santa Cruz. É autora de diversos livros e artigos que trazem questões como a ciência e o feminismo, como *A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century* (1985) and *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective* (1988), traduzidos para o português. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Donna_Haraway

Já o quarto texto esmiuçou a relação entre os técnicos do biotério e os animais não humanos (camundongos, ratos e hamsters), tendo em vista que estes animais não humanos convivem mais com os técnicos do biotério que com os pesquisadores propriamente. Apesar de alguns técnicos se mostrarem mais ligados aos animais não humanos, estabelecendo uma relação que vai além de instrumentalizá-los, e serem afetados, os animais não humanos ainda assim, não eram sujeitos de uma vida, dadas as circunstâncias de reprodução e criação meramente para experimentos, testes científicos destinados única e exclusivamente a obter respostas a novas drogas, medicamentos e tratamentos de doenças em humanos e até outros animais.

Descritor 2 - Especismo identificaram-se as seguintes premissas:

- a) Analisa a legislação de proteção de animais não humanos para fins científicos e a não inclusão de invertebrados como forma de especismo seletivo;
- b) Investiga como se dá a educação de humanos em idade escolar em relação aos não humanos, de que forma são verificadas a questão do especismo na infância;
- c) Busca a partir de uma educação humanitária meios de abolir as formas de especismo, incluindo o especismo seletivo.

O texto 1 recuperado na busca pelo descritor especismo utilizou a metodologia de pesquisa explicativa, pois identificou os fatores que determinaram e contribuíram para a ocorrência do especismo seletivo, aprofundando o conhecimento da realidade. A partir de uma análise bioética relacionada as leis de proteção dos não humanos, explicando as razões pelas quais a legislação de proteção de animais não humanos no ensino e pesquisa não inclui os animais não humanos do filo invertebrados.

No texto 2 recuperado na busca pelo mesmo descritor a metodologia utilizada foi do tipo descritiva com procedimentos técnicos voltados como pesquisa

experimental, tendo em vista descrever as características, determinando o objeto de estudo e selecionando suas variáveis e observando os efeitos que as variáveis determinadas no estudo produziram no objeto – estudantes do ensino fundamental na faixa etária de 7 a 11 anos. Pautando-se na relevância em conhecer as representações sociais dos estudantes sobre os animais, com vistas a subsidiar medidas educativas eficazes que contribuam para evitar que se continue a atribuir valor instrumental aos animais.

O primeiro artigo recuperado na busca pelo descritor especismo o autor descreve as leis que norteiam a proteção animal para fins científicos que não incluem os animais invertebrados, apesar destes últimos serem, segundo levantamento feito pelos autores, a maior parte dos animais da fauna, embora também sejam cobaias no ensino e pesquisa não estão inseridos nas leis de proteção. Um dos argumentos que justifica a não inclusão dos invertebrados nas leis e diretrizes de proteção, além do especismo, é a não evidência de sensibilidade, os invertebrados são considerados apenas possuidores de mecanismos inconscientes.

No segundo texto a cerca do especismo os autores se preocuparam em investigar as representações sociais que as crianças tem sobre os animais não humanos, na intenção de pensar medidas educativas que contribuam para evitar que se continue a atribuir valor instrumental aos animais não humanos, para futuramente romper o padrão antropocêntrico que pauta as relações humanas com as outras espécies, como mencionado no referencial teórico desta pesquisa.

Descritor 3 – Violência Simbólica identificou-se a seguinte premissa:

- a) Analisar as relações psicopolíticas entre sociedade e os humanos que passaram por situações traumáticas.

O único artigo recuperado na busca pelo descritor Violência Simbólica utilizou a metodologia de pesquisa de estudo de caso incorporando investigação. Tendo como sujeitos do estudo única e exclusivamente humanos que sofreram traumas decorrentes da tortura por outros seres humanos. Os autores mais citados foram

Adorno T.W¹⁵; Arendt, H¹⁶; Bauman, Z¹⁷; Freud, S¹⁸. Apesar de o artigo ter sido recuperado a partir dos termos violência simbólica cunhados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu a autora em momento algum o menciona em seu texto.

Nesse sétimo artigo analisado o interesse da autora se pautou nas relações psicopolíticas entre sociedade e os humanos que passaram por situações traumáticas, como as torturas no período da ditadura. Em momento algum a autora do artigo cita violência simbólica nos termos de Bourdieu, ao contrário faz uso da teoria de Theodor W. Adorno como suporte teórico-metodológico para análise desse processo psicossocial, já que, segundo a autora, ele permite examinar os caminhos da violência simbólica nas relações sociais e os processos identificatórios por meio dos quais essa violência é internalizada pelas subjetividades.

¹⁵ Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno foi um filósofo, sociólogo, musicólogo e compositor alemão. Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

¹⁶ Hannah Arendt foi uma filósofa política alemã de origem judaica, uma das mais influentes do século XX.

Arendt, H. (2002). *Verdade e política*. In *Entre o passado e o futuro [Between Past and Future]* (5. ed., pp. 282-325, M. W. B. Almeida, Trad.). São Paulo, SP: Perspectiva.

¹⁷ Zygmund Bauman foi um sociólogo e filósofo polonês, professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia.

Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

¹⁸ Sigmund Freud foi um médico neurologista criador da psicanálise.

Freud, S. (1948a). *La angustia*. In *S. Freud: Vol. 2. Obras Completas* (pp. 261-272). Madrid, España: Biblioteca Nueva. (Original publicado em 1916-1918).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o universo encontrado seja pequeno, o desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise crítica dos textos e de como temática, Ética Animal, vem sendo trabalhada no âmbito das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas no Brasil, na qual a Biblioteconomia está inserida. A produção científica a cerca do tema tem se feito presente em pequena percentagem, sendo discutidos tais elementos, principalmente, nos cursos de mestrado em sociologia e filosofia social. Mapeou-se na base de dados Scielo a produção científica aplicando técnicas cientométricas para verificar os autores mais produtivos, descrevendo as metodologias empregadas nos estudos e apontando a tipologia de pesquisa mais utilizada nos artigos.

Verificou-se, após revisão de literatura, acerca dos temas que fundamentaram a pesquisa que em analogia com o racismo e o sexismo, o especismo designa a ideologia que considera que a vida e os interesses dos animais não humanos podem ser simplesmente desprezados, porque eles são de uma outra espécie. A violência simbólica se estabelece ao atribuir a racionalidade como principal critério que justifique a dominação e manutenção da exploração, sofrimento e morte de animais não humanos. O Egoísmo Ético diz que nosso dever é fazer aquilo que é melhor para nós mesmos, logo, a ética reside na intersecção entre o que é e o que deveria ser, neste sentido o Princípio da Igual Consideração de Interesses de Singer (2002) não resolveria a questão da igualdade entre os seres sencientes humanos e não humanos. O ponto chave da investigação, a partir da análise dos textos, foi buscar meios de romper, inclusive com uma educação humanitária, com o paradigma antropocêntrico-especista que instrumentaliza o meio ambiente (fauna e flora), meios de abolir as formas de especismo, incluindo o especismo seletivo. Com Regan (2005) vimos que uma ética genuinamente ambiental deve em primeiro lugar ter o critério de ser-sujeito-de-uma-vida, com valor único e absoluto, ao menos para o sujeito daquela vida, deve ser a premissa da considerabilidade moral. Em segundo lugar, uma ética genuinamente ambiental deve partir do ambiente, considerando seu valor inerente. Além disso, para Regan (2005) uma ética genuinamente ambiental

deve admitir a considerabilidade moral de seres conscientes não-humanos e de seres não-conscientes.

É importante salientar que a maior parte dos artigos caracterizou-se como pesquisa descritiva (42,86%) o que pode indicar a necessidade de identificar de que forma a temática está sendo construída nos ambientes científicos. Sobre as metodologias identificadas, nos sete artigos que compuseram a amostra, constatou-se que o instrumento de coleta de dados mais frequentemente aplicado foi o questionário (28,57%).

Todavia, não foi possível indicar os autores mais produtivos uma vez que a amostra final, pós leitura técnica do universo revocado de 93 artigos, restringiu-se, após essa etapa a sete (7) trabalhos. Nesse sentido, não houve a repetição, no período estudado, de autorias. Esse resultado comprova a incipiência do tema, ao menos, no que concerne à ciência produzida no Brasil.

Dentre as limitações da pesquisa aponta-se o baixo número de artigos recuperados, mesmo isso sendo resultado do anteriormente exposto, fato que contribuiu para uma análise mais verticalizada a respeito do conteúdo dos trabalhos em detrimento da aplicação de métricas que pudessem demonstrar a institucionalização da temática no país. De qualquer forma, foi possível identificar através da não ocorrência e do baixo aparecimento que o debate ainda está se sedimentando tanto nas Ciências Humanas, quanto nas Ciências Sociais Aplicadas.

Como sugestão para futuros estudos a ampliação nas bases de dados a constituírem o universo de pesquisa, ou ainda, a retirada do filtro geográfico visando mapear a produção continental, por exemplo, na intenção de fornecer possíveis apontamentos para a construção de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne**: A relação entre o carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Disponível em:
<http://monoskop.org/images/b/b3/Bourdieu_Pierre_O_poder_simbolico_1989.pdf>
. Acesso em 10 agosto 2017.

CUNHA, Luciano Carlos. **O consequencialismo e a deontologia na ética animal**: uma análise crítica comparativa das perspectivas de Peter Singer, Steve Sapontzis, Tom Regan e Gary Francionea. Florianópolis – 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DECLARAÇÃO do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>> Acesso em 10 agosto 2017.

DIAS, Maria Clara. **Sobre Nós**: expandindo as fronteiras da moralidade, 2016. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/3896137/ensaios-sobre-a-moralidade---maria-clara-dias>> Acesso em 07 agosto 2017.

LEI 11.794 de 8 de outubro de 2008. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11794.htm>. Acesso em 26 out. 2017.

NUNES, Ernesto Luiz Marques. **Vegetarianismo além da dieta**: ativismo vegano em São Paulo. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUSA, A. A. S.. Para além da senciência na consideração moral: sobre Peter Singer, Tom Regan e Gary L. Francione. **Âmbito jurídico**, v. 158, 2017. Disponível em:
http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18579. Acesso em: 27 set. 2017

SSCS - Sea Sheperd Conservation Society. Disponível em:
<<http://www.seashepherd.org/>>. Acesso em 11 agosto 2017.

VANTI, N. A cientometria revisitada à luz da expansão da ciência, da tecnologia e da inovação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 5-31, dez. 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5679/4099>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

APÊNDICE A - RESUMOS DOS CONTEÚDOS DOS ARTIGOS RECUPERADOS

TEXTO 1 - O primeiro artigo analisado fora “A Partilha do Sofrimento: relações instrumentais entre animais em laboratórios e sua gente”, recuperado na busca pelo descritor Ética Animal, a autora partiu da leitura de um texto fictício que tratava da relação de um funcionário que cuidava dos porquinhos-da-índia em um laboratório e que na tentativa de ser perdoado por Deus colocava o braço no recipiente onde se encontravam as moscas usadas para abrir feridas na pele dos porquinhos-da-índia para simplesmente partilhar a dor a qual estes eram submetidos, tendo como ponto de partida a interação das personagens fictícias com as personagens reais. Em dado momento quando cita Jacques Derrida (2002, p. 394-395).

[...] ninguém pode negar mais este evento, ninguém pode negar a sujeição em proporções sem precedentes do animal. [...] Todo mundo sabe que quadros aterrorizantes e insuportáveis um pintor realista poderia fazer da violência industrial, mecânica, química, hormonal e genética à qual o homem vem submetendo a vida animal nos últimos dois séculos.

Há todo momento a autora e a própria Derrida (2002) refutam a ideia de animais não humanos como coisas e não alguém, assim como Tom Regan (2005) descreve animais como pessoas, no entanto, o que separariam animais não humanos do prisma ético é a incapacidade de dar respostas, visto que os animais humanos não conseguem distinguir uma resposta de uma reação. Neste âmbito o artigo se aproxima da proposta de pesquisa, mas não no sentido da busca por uma ética genuinamente ambientalista, mas repensar o modo como humanos se relacionam com os não humanos especificamente em laboratórios cujo objetivo das pesquisas é encontrar cura para as enfermidades que acometem a humanidade. Dito de outra forma é constatado que a vida humana é mais valorada que a de qualquer outro ser e não se pensa alternativas que possam substituir os não humanos no âmbito das pesquisas em laboratório.

TEXTO 2 – Já o segundo artigo analisado “Conhecimento e envolvimento de graduandos em fisioterapia acerca dos preceitos éticos da experimentação animal” partiu de dados extraídos por meio de pesquisa de campo entrevistando os estudantes do curso de fisioterapia da Universidade do Estado de São Paulo, para investigar indicadores éticos ao uso de animais na pesquisa científica e na educação, a intenção era obter respostas em relação ao conhecimento dos alunos acerca da Ética Animal e como se dá a relação destes com os animais não humanos enquanto futuros fisioterapeutas. A maioria dos estudantes respondeu que nunca havia pensado um meio alternativo que substituísse os animais não humanos, apesar de se sensibilizarem quanto ao número de animais utilizados no ensino e nas pesquisas e demonstrarem conhecimento a respeito do tema. Os autores ainda apontaram que a ética se encontra inserida numa bioética, o que torna coerente o uso de animais não humanos no ensino e na pesquisa.

A utilização de animais em universidades, no ensino ou pesquisa deve ser regida pelos princípios humanitários da experimentação animal determinados pelos ingleses Russel e Burch e definidos como Princípio dos 3R. Tais princípios consistem em: redução (*reduction*) – pondera o uso e sofrimento infligido aos animais em relação aos objetivos e benefícios almejados, visando, no mínimo, limitar o número de cobaias; refinamento (*refinement*) – preocupação com o bem-estar geral dos animais, com instalações adequadas e supressão da dor; substituição (*replacement*) – estimula a procura por métodos alternativos ao modelo animal. Adicionalmente, o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), criado pela Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008, institui que a constituição das comissões de ética no uso de animais (Ceua), em todas as instituições com atividades de ensino ou pesquisa com animais, é indispensável para seu efetivo credenciamento. (Rev bioét (Impr.) 2013; 21 (1): 136-41)

Os autores do artigo também apontam para a urgência de se discutir uma ética moralmente aceitável, embora não a descreva detalhadamente, citam que há órgãos responsáveis em examinar previamente todos os procedimentos de ensino e pesquisa envolvendo animais, verificando o cumprimento das normas aplicáveis à utilização de animais não humanos descritas na Lei 11.794/2008. No entanto, o

artigo em momento algum refuta nenhum teórico que tenha fundamentado uma ética que não fosse instrumentalista, que não tivesse a intenção de reduzir a exploração, sofrimento e morte de animais não humanos no ensino e na pesquisa, uma ética que fosse genuinamente voltada a plenitude de vida destes, ainda que seja observada a possibilidade de se pensar uma substituição alternativa aos animais não humanos que servem de cobaias.

TEXTO 3 – O terceiro artigo recuperado na busca pelo descritor Ética Animal intitulado “Animais reais e virtuais no sul do Brasil: atitudes e práticas laboratoriais” tinha por base explorar alguns aspectos éticos, legais e financeiros da prática experimental com animais, bem como a alternativa tecnológica que emprega animais virtuais. O estudo foi essencialmente exploratório e não-experimental, reunindo análises descritivas e inferenciais comparativas e correlacionais, as perguntas do questionário eram de múltipla escolha ou do tipo Sim/Não e a amostra consistiu de 19 professores da disciplina introdutória de psicologia experimental em instituições de ensino superior públicas ($n = 5$) e privadas ($n = 14$) dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

[...] as atitudes dos participantes quanto ao uso de animais na pesquisa psicológica. O nível médio de concordância com o uso de animais laboratoriais na pesquisa foi relativamente elevado ($M = 1,26$), com cerca de 74% dos respondentes declarando-se favoráveis, e os demais, fortemente favoráveis a essa prática. Os participantes também se mostraram bastante consensuais quanto à crença de que a pesquisa animal é necessária para o progresso da psicologia (89,47%), e um pouco menos consensuais (68%) quanto à manutenção do atual nível de financiamento dessa modalidade de pesquisa. Mais da metade justificou sua posição sobre o financiamento com bases teóricas. Quanto à política de trato dos animais, a amostra se posicionou bastante favorável à avaliação do grau de sofrimento dos animais selecionados para participarem da pesquisa psicológica, embora boa parcela (36,84%) tenha admitido não conhecer a lei que dispõe sobre os crimes ambientais. [...] os dados sobre as atitudes dos participantes quanto ao uso de animais reais e virtuais no ensino de psicologia. Novamente, os participantes foram bastante consensuais em seu apoio ao uso de animais no ensino de psicologia, embora mais de 20% da amostra tenha

admitido que os animais laboratoriais eram mal ou muito mal cuidados, e mais de 10% tenha expressado dúvidas a esse respeito. Já a questão do uso de animais virtuais, através de simuladores computadorizados, suscitou certa controvérsia entre os respondentes, dois dos quais se abstiveram de responder. A resposta modal (36,84%) foi favorável, mas houve também respostas distribuídas em todos os demais níveis. [...]no tocante à prática de pesquisa, os dados mostram que 84,21% da amostra não possuía projeto em andamento, e uma porcentagem igualmente elevada não havia publicado (84,22%) ou apresentado em eventos (78,95%) qualquer trabalho científico com animais nos últimos 4 anos. Em contraste, quase 73,68% informou utilizar atividades didáticas com animais, ainda que 36,84% tenha também indicado que a abolição dessa prática vinha sendo discutida em seu departamento ou instituto. Já as atividades didáticas com animais virtuais, por meio de simuladores computadorizados, parecem apenas estar sendo introduzidas nas instituições participantes (10,52%).

Apesar do estudo ter sido elaborado e se realizado no final dos anos 90, ainda que a publicação do artigo date de 2001 o número de docentes do gênero masculino – homens, que se apresentaram fortemente favoráveis ao uso de animais na pesquisa psicológica ter sido 60% e relação aos 14,29% das mulheres, os dados também revelaram que quanto mais jovens os participantes, mais favorável a atitude para com o uso de animais reais no ensino de graduação e quanto maior o nível de instrução, mais favorável a atitude dos participantes para com o uso didático de animais virtuais. Tais dados se constituem num diferencial que deve ser observado cuidadosamente visto que dentre os dezenove docentes participantes apenas cinco destes eram pertencentes ao gênero masculino, no entanto, fazendo uma associação a uma das vertentes dos feminismos, é sabido que na relação entre os gêneros na leitura do binarismo, mulheres não são a favor da exploração descabida de seres sencientes não humanos, ainda que tal paralelo possa parecer tendencioso, faz-se necessário trazer a luz da reflexão já que numa sociedade em que os humanos são separados pelo paradigma do binarismo, desde sempre o gênero feminino vem sendo reduzido a inferioridade, no tocante, essa semelhança com a visão meramente instrumentalista para com o meio ambiente e os animais

não humanos, mesmo quando há a possibilidade de realizar estudos e pesquisas de ensino com animais virtuais.

[...] os dados revelam que os homens, mais do que as mulheres, estão dispostos a apoiar a pesquisa animal. Esses resultados corroboram relatos anteriores de diferentes atitudes entre os sexos (Plous, 1996). Por outro lado, o unânime apoio dos sul-brasileiros a esse tipo de pesquisa contrasta com a resistência de uma pequena, mas considerável parcela da classe docente universitária em países norte-americanos (Plous, 1996) e europeus (Rowan & Loew, 1995; Thomas & Blackman, 1992). Por exemplo, enquanto quase 90% dos sul-brasileiros selecionados indicaram ser a pesquisa animal necessária para o progresso da psicologia, 31% de uma amostra dos Estados Unidos (Plous, 1996) viam a pesquisa animal como desnecessária, ou tinham dúvidas a respeito do assunto. (Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Mai-Ago 2001, Vol. 17 n. 2, pp. 143-150)

Cabe salientar que este artigo é anterior à promulgação da Lei 11.794/2008, que regulamenta o inciso VII do parágrafo 1º do artigo 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais não humanos e revoga a LEI nº 6.638, de 8 de maio de 1979 dando outras providências, a qual encontra-se anexada a este estudo. Analisar o artigo se fez pertinente tendo em vista haver no Brasil, ainda que muito distante e tardio em relação a países como o Estados Unidos, uma preocupação em se pensar meios alternativos ao uso de animais não humanos no ensino. uma preocupação em se pensar meios alternativos ao uso de animais não humanos no ensino e pesquisa, apesar de uma pequena parcela dos docentes Sul-brasileiros estarem discutindo a abolição do uso de animais não humanos em seus departamentos e instituições, na época, o estudo com similares computadorizados estava apenas sendo introduzido. Como visto no artigo exposto anteriormente, sobre o conhecimento e prática de estudantes de fisioterapia pesquisado doze anos depois, pouco ou nada mudou em termos da abolição dessa prática no ensino e pesquisa, bem como apesar de a maioria se mostrar desfavorável a essa prática e terem conhecimento ético a respeito, nenhum havia sequer pensado na possibilidade de uma substituição alternativa que poupasse a integridade física, o bem estar nem a vida dos não humanos.

TEXTO 4 – O quarto artigo recuperado a partir da busca pelo descritor Ética Animal intitulado “Afeto entre humanos e animais não humanos no biotério” trata de investigar a relação entre os técnicos e os camundongos, ratos e hamsters, tendo em vista que estes animais não humanos convivem mais com os técnicos do biotério que com os pesquisadores propriamente.

A intenção, contudo, não é apenas mostrar que há afetação dos dois lados, dos bichos e dos humanos, mas tentar explorar como estes podem nos dar indicações para pensar sobre ética para além dos aspectos formais das regulamentações. [...] que um biotério não é propriamente um laboratório, mas um local onde os animais que participam de pesquisas nascem, vivem, trabalham e morrem em condições controladas. [...] as instâncias de regulação estabelecem que tais criaturas, por serem hierarquicamente inferiores, podem ser tratadas como meios para alcançar fins superiores. É justamente a aceitação tão natural desse princípio que Haraway (2011) contesta. Diferente de ativistas que condenam qualquer uso de animais em experimentação, apelando para sua senciência, ela não rejeita por completo sua participação em pesquisas, mas sugere que não basta uma justificativa legítima para garantir uma boa consciência ao matar. Para Haraway, os vivos se envolvem em relações em que a morte de outro vivo está implicada e a instrumentalidade é intrínseca ao ser e ao devir mortal. Portanto, não é possível afirmar incondicionalmente: “Não matarás”. Para ela, seria melhor dizer: “Não tornarás matável”, ou seja, nós não podemos sentir pleno conforto moral diante da matança dos animais. A experimentação animal pode ser necessária, mas não pode “legitimar” uma relação com o sofrimento de modo regulamentar e insensível. Para ela, cálculos de custo e benefício são necessários, mas insuficientes. Tampouco basta seguir as melhores regras de bem-estar animal, embora isso seja imprescindível. A saída para o problema não reside em encontrar princípios éticos universais, mas em buscar práticas e políticas imaginativas que rearticulem as relações de mentes e corpos, as criaturas e seu pessoal de laboratório e os aparatos científicos, de modo que suas vidas possam se tornar mais interessantes (Haraway, 2011).

A intenção que circunda a pesquisa do artigo em questão é o afeto no sentido de afetação de parte dos camundongos e humanos, como cada intervenção humana afeta a dinâmica dos animais não humanos no biotério, bem como ao serem transportados, transferidos ao ambiente de pesquisa à diferença do tratamento “cuidadoso” que os técnicos do biotério têm para com estes animais diferentemente do tratamento que lhes é lançado pelos cientistas/pesquisadores. Os “cuidados”, colocado aqui entre aspas dado sua divergência com o meio ambiente da natureza dos camundongos, hamsters e ratos, fazem parte do protocolo estabelecido pela

CEUA - órgão já mencionado durante a exposição de outro artigo - procedimentos como manter o silêncio no biotério para não estressar os não humanos, visto que estes quando não conseguem estabelecer um convívio harmonioso com outros do mesmo sexo fica violento, ao ser identificado o não humano causador de brigas, este é levado para o descarte, uma caixa semelhante a que convivera com outros, onde são liberados gases CO₂ em pequena quantidade até que o não humano adormeça e posteriormente aumenta-se a liberação do gás até ser constatado seu óbito, o mesmo ocorre com as matrizes, os responsáveis por reproduzirem-se, ainda que estes estejam saudáveis, ao envelhecerem são descartados por não terem mais a capacidade de reproduzir, o mesmo ocorre com os não humanos que serviram de cobaias nos experimentos e pesquisas científicas.

Aqui eu tive *hamster*. Lá em minha cidade tenho uma cachorrinha. A vida toda eu tive animal, nem consigo me imaginar sem um bichinho. [...] Eu acho que isso tem diferença para o trabalho, porque quando você tem o hábito de conviver com o animal, você tem um olhar diferente pra ele, tem mais cuidado, aquela coisa mais humanizada. E quando você não tem [...] olha pra eles simplesmente como um objeto de trabalho. Eu acho que o animal sente a diferença do toque (Tatiana, técnica da experimentação). [...] é imprescindível amar os animais para trabalhar com eles. Saber lidar com os bichos de modo carinhoso e sensível é importante, até mesmo porque a maioria dos trabalhadores, ao entrar na instituição, não possui treinamento para a tarefa. – Silvana, coordenadora da experimentação. [...] Lena sintetizou assim seu aprendizado: “É, eu acho que a oportunidade de trabalhar com os animais nos faz pessoas melhores, porque você começa a pensar também no sentimento de quem não pode se expressar com palavras. Então você começa a tentar perceber nos detalhes o que ele quer passar pra você, né? Então assim, no dia a dia, a gente lida com o animal, aí você olha, ele tá ali no cantinho, por quê? O que é que tá acontecendo, será que é frio? [...] E aí você vai procurar, né, maneiras, pra saciar ali aquele animal. Então acho que essa visão, de você se preocupar, de você ficar mais atento aos detalhes, isso é um ganho.” O zelo, a relação empática, é algo que compõe a ética no trato com os animais, para além de outros procedimentos adotados no biotério voltados para seu bem-estar, como o controle da temperatura, da luminosidade, a inclusão do enriquecimento ambiental. A afinidade e atenção são tentativas de contrabalançar a objetificação do animal. (RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017)

Apesar de alguns técnicos se mostrarem mais ligados aos animais não humanos, estabelecendo uma relação que vai além de instrumentalizá-los, e serem

afetados com a calma do local e o manejo dos não humanos, estes por sua vez sendo responsáveis pela manutenção dos camundongos, hamsters e ratos no biotério, ainda que estes reconheçam os técnicos que “cuidam” de sua estadia ali, não são sujeitos de uma vida, dadas as circunstâncias de reprodução e criação meramente para experimentos, testes científicos destinados única e exclusivamente a obter respostas a novas drogas, medicamentos e tratamentos de doenças em humanos. A manutenção desses seres e seu uso é meramente baseada no paradigma antropocêntrico instrumentalizado dos animais não humanos.

Embora haja um vínculo afetivo dos técnicos para com os animais não humanos no biotério e dada a importância dessas relações para o bom funcionamento e a manutenção desses animais, é mencionado ao final do artigo a perspectiva de Singer e Regan em atribuir direito baseando-se na sentiência dos não humanos, foi observado que a afetividade não era impedimento para no momento oportuno os animais fossem descartados.

TEXTO 5 – O quinto artigo analisado foi “Legislação de proteção animal para fins científicos e a não inclusão dos invertebrados – análise bioética” recuperado na busca pelo descritor especismo. Nele o autor descreve as leis que norteiam a proteção animal para fins científicos que não incluem os animais invertebrados, apesar destes últimos serem, segundo levantamento feito pelos autores, a maior parte dos animais da fauna, embora também sejam cobaias no ensino e pesquisa não estão inseridos nas leis de proteção. Um dos argumentos que justifica a não inclusão dos invertebrados nas leis e diretrizes de proteção, além do especismo, é a não evidência de sentiência, os invertebrados são considerados apenas possuidores de mecanismos inconscientes de nocicepção, o que os diferencia dos animais vertebrados, não obstante uma semelhança com o animal humano. Há na ciência a postura de que se não há meios de ter certeza, logo não existe. O acesso à mente e aos sentimentos de outros indivíduos é limitado porque não é possível adentrar a esfera privada de um outro indivíduo, humano ou não. Para incluir invertebrados como os cefalópodes e decápodes foram necessários procedimentos científicos que evidenciassem que são capazes de sentir dor e sofrimento. Os

autores salientam que além do especismo e da não evidência de sentiência há fatores político-econômicos que impedem a inserção dos animais invertebrados à legislação de proteção que assegure um tratamento humanitário aos animais não humanos no ensino e pesquisa, em contrapartida sugerem que o uso dos indivíduos para fins científicos seja analisado de forma responsável pelo pesquisador:

O estabelecimento de protocolos e procedimentos criteriosos, que levem em conta a possível sentiência dos invertebrados, contribuirá para o desenvolvimento de pesquisas científicas humanitárias, com respeito a valores éticos e morais adequados. (*RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017*)

Apesar da preocupação dos autores de salientarem a importância de inserir os animais invertebrados à legislação de proteção animal, no que tange ao seu uso no ensino e pesquisa, estes como os vertebrados não passam de meras cobaias, delinear atenção e cuidado ao bem-estar dos animais não humanos em geral parece o suficiente para uma ética moralmente humanitária e aceitável, no entanto, restrita a visão antropocêntrica utilitarista. Ou seja, não é a preocupação com a vida dos animais não humanos por si só em sua plenitude que está sendo discutida.

TEXTO 6 – O sexto artigo analisado “Representação social acerca dos animais e bioética de proteção: subsídios à construção da educação humanitária” recuperado na busca pelo descritor especismo frisa já no resumo a questão do especismo seletivo, assim como visto no artigo anterior em relação a separação de animais não humanos vertebrados e invertebrados, o diferencial neste artigo é que os autores pautam-se na preocupação de conhecer as representações sociais que as crianças tem sobre os animais não humanos, na intenção de pensar medidas educativas que contribuam para evitar que se continue a atribuir valor instrumental aos animais não humanos, para futuramente romper o padrão antropocêntrico que pauta as relações humanas com as outras espécies, como mencionado no referencial teórico desta pesquisa.

[...] destacar três tipos de vulnerabilidade: a vulnerabilidade primária, a suscetibilidade e a vulneração. A *vulnerabilidade primária* é condição ontológica de todo ser vivo e conseqüentemente, universal, que não

pode ser protegida, pois inerente à vida, dado que todo ser vivente irá perecer, independentemente das condições de sua existência. A *suscetibilidade* indica que o ser vulnerável por natureza está efetivamente ameaçado, encontrando-se em situação que afeta negativamente sua existência. A suscetibilidade pode ou não tornar-se *vulneração*, que se refere ao estado em que o ser é concretamente afetado por condições adversas, que independem de seu controle. Desse modo, mediante a exploração dos animais por interesses humanos, estes seres são pacientes morais suscetíveis (ameaçados) – na maior parte das vezes já vulnerados (afetados) – e que precisam de ações urgentes de proteção. Nas palavras de Assumpção (...) *esses animais não humanos, criados para determinados fins humanos, são pacientes morais em situação de vulneração, logo, são merecedores de proteção. Não reconhecê-los como tais e, conseqüentemente, não agir para por fim a essa situação, seria como assumir uma atitude condescendente para com a tirania e contrária ao esforço da ética. Pois o não atuar contra, de fato, é um agir a favor, é uma legitimação da moral antropocêntrica vigente.* (Rev. bioét. (Impr.). 2013; 21 (3): 546-56)

Os autores apontam o Brasil como sendo um dos poucos países a tratar a crueldade para com os animais não humanos a nível constitucional, no entanto, apesar da Constituição e da Lei 9.605/98 serem importantes instrumentos de coerção às práticas de violências contra os animais não humanos, segundo dados das nações que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), até o ano de 2013, o país ocupava o 6º lugar na lista dos países que mais consomem carne anualmente, sendo 78,11kg por humano.

Tendo formado quatro grupos com crianças entre 7 e 11 anos de idade do 1º ao 5º ano do ensino fundamental conduzidos por um moderador e um observador, optaram por uma abordagem lúdica à qual as crianças deveriam construir uma história coletiva a partir do trecho: *“Em um dia de sol, Eduardo/ Cecília saíram para passear. Quando estavam caminhando viram um animal...”*

A partir das respostas à história elaborada surgiram três classes divididas em: classe 1 - A escola refletindo sobre os animais; classe 2 - Convívio com os animais de companhia; classe 3 – Não abandonar.

Os depoimentos permitem afirmar que o conteúdo da representação social dos estudantes sobre os animais está fortemente ligado à figura dos animais de companhia: cães

e gatos. Estas duas espécies certamente são as que os participantes mais têm contato, dentro ou fora de casa, e com as quais estabelecem relação muito próxima, baseada no afeto e no cuidado. A presença desses animais na representação era esperada, dado ser preciso que o objeto faça parte do cotidiano dos indivíduos analisados. *As representações participam da construção da realidade, a qual só existe enquanto tal nas interações dos indivíduos ou grupos com os objetos sociais.* Há grande presença desses animais no meio urbano, convivendo com as pessoas. Além dessa convivência muito próxima, atualmente há a tendência cada vez maior, na sociedade ocidental, em nutrir relação afetiva com esses animais, tornando-os membros da família. Esta realidade pode em parte ser explicada pelos benefícios que esta relação traz ao ser humano. Para as crianças, por exemplo, os animais de estimação podem prover companhia, segurança, conforto, diversão e afeto, bem como ensinar responsabilidade, estimular comportamento de cuidado e promover o respeito e a compaixão pelos animais e pela natureza, oferecendo à criança oportunidades para aprender sobre os animais e os fatos da vida. Além do afeto, foi observada neste grupo social grande empatia diante das situações envolvendo, principalmente, o abandono e suas consequências de sofrimento físico e emocional ao animal. (Rev. bioét. (Impr.). 2013; 21 (3): 546-56)

Apesar de as crianças apresentarem empatia, compaixão e cuidado, estes somente corroboram com o especismo seletivo, pois ainda que tenham sido inseridos outros animais não humanos, como rato e baratas, somente aos animais de “companhia”, cães e gatos, ora na dinâmica, abandonados é que foram atribuídas tais características da bioética.

Este quadro pode ser explicado, em parte, pelo fato de que mesmo a escola abordando diversas e diferentes questões sobre os animais por meio da educação humanitária, no processo de construção das representações sociais os sujeitos selecionam e filtram informações de forma que apenas algumas são apreendidas. A isso, se acresce o fato de que as abordagens no contexto escolar, bem como as demais fontes de difusão de novos olhares em relação aos animais, talvez sejam ainda muito recentes para provocar mudanças reais. Desta maneira, a escola não consegue suplantar a força de determinados enraizamentos sociais

relacionados aos animais, mas contribui para reforçar a assimilação de alguns valores éticos importantes em relação aos cães e gatos, que podem contribuir para a difusão do respeito a outros animais. Estes resultados não desqualificam as iniciativas que buscam novas abordagens pedagógicas, não antropocêntricas e não especistas, como a educação humanitária. Mas indicam que esses trabalhos precisam ser intensificados e contínuos, pois diante de formas tão antigas de ver e tratar os animais as mudanças serão graduais e lentas e a intervenção cada vez mais necessária e com o devido apoio governamental. Sob tal ótica, cabe destacar a responsabilidade de os Estados promoverem políticas públicas com intuito de mudar a forma com que os homens e mulheres se relacionam com os animais. Para tanto, a educação é instrumento imprescindível, em especial para as crianças, futuras tomadoras de decisão. (Rev. bioét. (Impr.). 2013; 21 (3): 546-56)

TEXTO 7 – O sétimo artigo analisado foi “Violência e subjetividades: o indivíduo contemporâneo” recuperado na busca pelos descritores violência simbólica, foi notado que o interesse maior da autora se pautou nas relações psicopolíticas entre sociedade e os humanos que passaram por situações traumáticas, como as torturas no período da ditadura. Em momento algum a autora do artigo cita violência simbólica nos termos de Bourdieu, ao contrário faz uso da teoria de Theodor W. Adorno como suporte teórico-metodológico para análise desse processo psicossocial, já que segundo a autora, ele permite examinar os caminhos da violência simbólica nas relações sociais e os processos identificatórios por meio dos quais essa violência é internalizada pelas subjetividades.

ANEXO A – REFERÊNCIAS CORPUS EMPÍRICO

CANIATO, A. M. P. Violência e subjetividades: o indivíduo contemporâneo. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a03v20n1.pdf> >. Acesso em 20 setembro 2017.

HARAWAY, Donna. A Partilha do Sofrimento: relações instrumentais entre animais em laboratórios e sua gente. *Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ha/v17n35/v17n35a02.pdf> >. Acesso em 16 setembro 2017.

MASSON, Igor Fagioli Bordello [et al]. Conhecimento e envolvimento de graduandos em fisioterapia acerca dos preceitos éticos da experimentação animal. *Rev bioét (Impr.)* 2013; 21 (1): 136-41. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n1/a16v21n1.pdf>>. Acesso em 16 setembro 2017.

OLIVEIRA, Ebenézer A. de; FRIZZO, Giana B. Animais reais e virtuais no sul do Brasil: atitudes e práticas laboratoriais. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, Mai-Ago 2001, Vol. 17 n. 2, pp. 143-150. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n2/7874.pdf> >. Acesso em 24 outubro 2017.

OLIVEIRA, Elna Mugrabi; GOLDIM, José Roberto. Legislação de proteção animal para fins científicos e a não inclusão dos invertebrados – análise bioética. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v22n1/a06v22n1.pdf> >. Acesso em 25 setembro 2017.

SOUZA, Iara Maria de Almeida. Afeto entre humanos e animais não humanos no biotério. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 32 nº 94. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294072017.pdf> >. Acesso em 24 outubro 2017.

SOUZA, Joseth Filomena de Jesus; SHIMIZU, Helena Eri. Representação social acerca dos animais e bioética de proteção: subsídios à construção da educação humanitária. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n3/a19v21n3.pdf> >. Acesso em 16 setembro 2017.

ANEXO B – ADITIVO PÚBLICO

O FIM DOS TESTES COM ANIMAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Deputados derrubam Veto de Pezão e ALERJ vai sancionar lei de proteção aos animais. Pelo texto do Projeto, que agora é lei, fica proibida, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes, limpeza e seus componentes e também proibida à comercialização dos produtos quando derivados da realização de testes em animais.

Para o Advogado Reynaldo Velloso, presidente da Comissão de Proteção e Defesa dos Animais da OAB/RJ, a Europa, os EUA e outros países já entenderam que esta crueldade não elimina o risco de problemas para os humanos quando utilizam os produtos testados em animais, o que faz destes testes uma inutilidade e dos laboratórios, verdadeiras usinas de sofrimentos.

Velloso ressaltou que é de conhecimento geral que os animais em laboratório podem responder de forma muito diferente dos humanos quando expostos aos mesmos produtos químicos. Isto significa que os resultados de testes em animais podem ser irrelevantes para os humanos porque eles superestimam ou subestimam o perigo real para as pessoas, e que a segurança do consumidor não pode ser garantida.

“Hoje, métodos alternativos podem combinar os mais recentes testes baseados na utilização de células humanas com modelos computacionais sofisticados para apresentar resultados relevantes para os humanos em horas ou dias. Pelo fato destes métodos terem sido cientificamente validados, trazem um maior nível de segurança para os consumidores”, finalizou o presidente da CPDA/OAB.

Para Helder Constantino, representante da Humane Society International, O Rio de Janeiro está perfeitamente posicionado para aproveitar o rápido crescimento do mercado mundial de testes in vitro (14% por ano). “Os métodos de teste in vitro fazem parte do futuro econômico e científico do Rio de Janeiro.”, disse.

Elizabeth Mac Gregor, diretora do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, descreve que O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) do Ministério da Ciência e Tecnologia emitiu um relatório em 2016 reconhecendo que os métodos alternativos validados são mais eficientes do que o modelo animal: A substituição de testes com animais por métodos alternativos pode não somente atender a pleitos de natureza ética, mas também potencialmente realizar previsões com acurácia maior e prazos e custos menores do que os testes em animais.

A Juíza Rosana Navega, que representou a AMAERJ, Associação dos Magistrados do Estado do RJ nos debates e nas articulações, emocionou-se logo após a aprovação do projeto.

ENTENDA O CASO:

Em junho deste ano, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto Nº 2714/2014, que “Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes e material de limpeza em todo o Estado do RJ”.

No entanto, o governador Luiz Fernando Pezão, vetou integralmente o Projeto. Para ele a ALERJ não possuía competência sobre o assunto.

Em seguida a Comissão dos Animais da OAB do RJ, mobilizou-se em uma ampla reunião. Após, foi emitido um Parecer conjunto da Juíza Rosana Navega,

representando a AMAERJ e de Reynaldo Velloso, presidente da CPDA/OAB-RJ, em que afirmavam baseados no art. 23 da Constituição Federal, e em outros dispositivos constitucionais, que o Estado (legislativo) possui competência para legislar em defesa do meio ambiente, e, portanto o projeto é perfeito, legal, ao contrário do que afirmava o governador.

Em seguida, com o Parecer favorável, aconteceu uma mobilização constante por parte de varias instituições, como o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, Humane Society International, a própria OAB/RJ, a AMAERJ, dentre outros. Todos se reunindo com os deputados e explicando a constitucionalidade do projeto, afinal, redigido nada mais nada menos, que pela Associação dos Magistrados e pela OAB/RJ.

Foi um trabalho de técnica, competência, articulação e convencimento, que contou com a solidariedade dos Deputados e pois fim a uma era de sofrimento dos animais de todo o Estado do RJ.



Foto: Fauna Comunicação

Informação Disponível em:
<<https://faunacomunicacao.jusbrasil.com.br/noticias/530650170/o-fim-dos-testes-com-animais-no-estado-do-rio-de-janeiro>> Acesso em: 13 dez. 2017.